



# Instituto de Previdência Municipal de Buritama

CNPJ 59.764.258/0001-07

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE BURITAMA

### RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RENTABILIDADE E RISCOS - 1º SEMESTRE DE 2.015

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2.015, reuniu-se o Conselho Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Buritama, composto pelos seguintes Conselheiros: **SALVADOR DOS SANTOS MOUTINHO** - presidente; **JOSÉ ANTONIO BEZERRA** - membro; **ILSON JOSÉ GARCIA** - membro; **DOLORES MARIA BUENO** - membro; **PATRICIA JACOVACCI R. LOPES** membro, e o Superintendente Sr. **HEVERTON CANDIDO DE PAIVA** para, em cumprimento ao item V do Artigo 2º da Portaria MPS 345 de 31 de dezembro de 2009 c.c. com a Resolução CMN 3.922/2.010, deliberar sobre a rentabilidade e riscos dos investimentos no **1º semestre de 2.015**, de conformidade com o relatório de avaliação, desempenho, rentabilidades e riscos, demonstrativo de enquadramento na Resolução 3.922/2.010 e Política de Investimento e demais informações anexas que ficam fazendo parte integrante desta ata.



# Instituto de Previdência Municipal de Buritama

CNPJ 59.764.258/0001-07

## DELIBERAÇÃO

O Comitê de Investimentos, presidido pelo superintendente do Ipem apresentou aos Conselheiros os seguintes dados: relatório semestral de rentabilidade e risco tomando por base os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2.015 indicou enquadramento das aplicações em relação à Resolução 3.922 do CMN. A distribuição dos recursos por instituição e segmento ficou da seguinte forma: Banco do Brasil S/A 14,02% dos recursos, Bradesco S/A 19,68, Caixa Econômica Federal 61,09% e Banco Santander S/A 5,20%. O retorno financeiro dos investimentos após as movimentações no 1º semestre é detalhado da seguinte forma: Iniciou o trimestre com R\$ 20.630.801,67, tendo um saldo de aplicações no trimestre de R\$ 8.373.976,38 e resgate no total de R\$ 7.129.479,64 totalizando um saldo em junho/2015 de R\$ 23.093.513,86 demonstrando um retorno positivo de R\$ 1.218.215,45 com relação as aplicações financeiras do Ipem. A meta atuarial no semestre ficou em 9,21% e o retorno obtido nas aplicações foi de 5,68% ficando assim abaixo da meta. O relatório apresentando destaca ainda o cenário global, cenário doméstico e de mercados, onde demonstra a situação econômica e de oscilações que o mercado financeiro vem passando.

Assim, diante dos dados apresentados deliberaram os Conselheiros, por unanimidade, sobre as estratégias e movimentações aprovadas em atas pelo Comitê de Investimentos do Ipem. Lembrando que tanto alterações

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AM' and 'Z']*



# Instituto de Previdência Municipal de Buritama

CNPJ 59.764.258/0001-07


significativamente positivas ou negativas o Conselho se  
reunirá extraordinariamente ou ordinariamente para novas  
decisões.

Estando todos os presentes de acordo com os termos  
acima, subscrevem a presente ata:

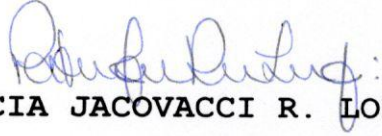
  
HEVERTON CANDIDO DE PAIVA  
SUPERITENDENTE

  
SALVADOR DOS SANTOS MOUTINHO  
PRESIDENTE

  
JOSÉ ANTONIO BEZERRA  
CONSELHEIRO

  
ILSON JOSÉ GARCIA  
CONSELHEIRO

  
DOLORES MARIA BUENO  
CONSELHEIRO

  
PATRICIA JACOVACCI R. LOPES  
CONSELHEIRO



# Relatório Analítico dos Investimentos no 1º Semestre de 2015

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

**SM** crédito & mercado  
Consultoria em Investimentos

Este relatório atende a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, Artigo 3º Incisos III e V.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, DESEMPENHO, RENTABILIDADE E RISCOS - 1º Semestre / 2015

:: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE BURITAMA

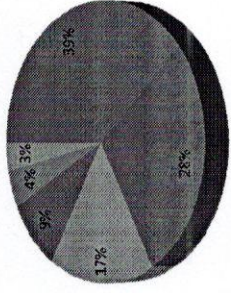
Produto / Fundo	Retorno (%) mês base - Junho / 2015					Taxa de adm.	% S/ PL do Fundo	% s/ carteira	Saldo em Junho / 2015	Segmento	Enquadramento Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014
	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses						
	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,91%	5,39%	2,71%	5,39%						
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,91%	5,46%	2,71%	5,46%	10,88%	0,20%	0,08%	29,69%	6.857.071,27	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,84%	7,26%	2,98%	7,26%	11,83%	0,20%	0,06%	4,41%	1.018.334,21	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-8 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,77%	7,20%	2,92%	7,20%	11,78%	0,20%	0,10%	16,99%	3.922.590,12	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IMA-8 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,28%	8,27%	4,85%	8,27%	13,07%	0,20%	0,04%	8,61%	1.988.515,98	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BRÁDESCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,88%	5,55%	2,76%	5,55%	10,94%	0,20%	0,10%	3,52%	813.588,98	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	1,07%	5,95%	3,05%	5,95%	11,88%	0,20%	0,04%	6,46%	1.491.668,10	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BRÁDESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	1,08%	6,01%	3,06%	6,01%	12,04%	0,20%	0,06%	16,16%	3.731.837,78	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
SANTANDER CORPORATE FC REFERENCIADO DI	1,08%	6,00%	3,06%	6,00%	11,98%	0,20%	0,03%	5,20%	1.201.829,00	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA BRASIL IPCA XIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,20%	8,80%	3,94%	8,80%	15,05%	0,20%	0,87%	3,54%	817.951,66	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "
<b>TOTAL</b>									<b>23.093.513,86</b>		

*(Handwritten signatures and initials)*

:: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR INSTITUIÇÃO E SEGMENTO (Junho / 2015)

Fundos de Renda Fixa e Renda Variável		
Instituição	Valor	%
Caixa Econômica Federal	14.107.625,36	61,09%
Banco Bradesco	4.545.426,76	19,68%
BB Gestão de Recursos DTVM	3.238.632,74	14,02%
Banco Santander	1.201.829,00	5,20%

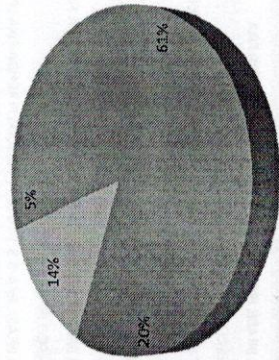
Fundos de Renda Fixa e Renda Variável		
Sub-Segmento	Valor	%
IRF-M 1	8.970.777,01	38,63%
CDI	6.415.334,98	27,82%
IMA-B 5	3.922.590,12	16,99%
IMA-B 8	1.988.515,98	8,61%
IDKA 2A	1.018.334,21	4,41%
CRÉDITO PRIVADO	817.961,66	3,54%



- IRF-M 1
- CDI
- IMA-B 5
- IMA-B 8
- IDKA 2A
- CRÉDITO PRIVADO

Administradores

- Caixa Econômica Federal
- Banco Bradesco
- BB Gestão de Recursos DTVM
- Banco Santander



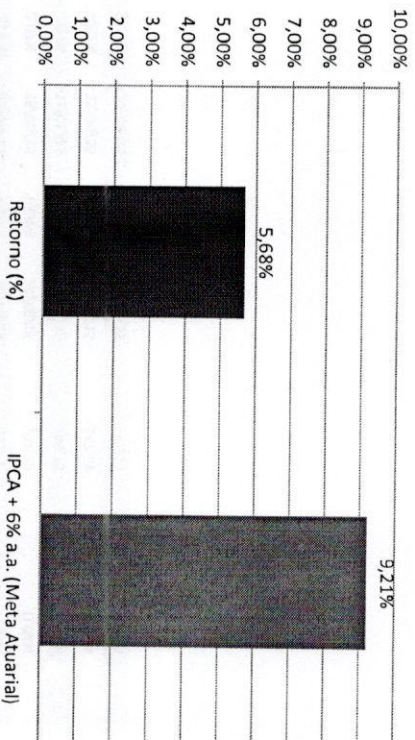
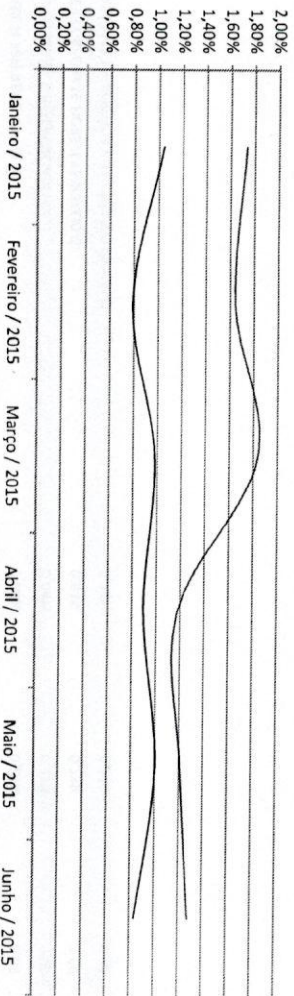
Handwritten signatures and initials in blue ink.

RETORNO (%) DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Semestre / 2015

	Acumulado no 1º Semestre / 2015	Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	9,21%	1,73%	1,64%	1,84%	1,18%	1,21%	1,28%
CAIXA BRASIL IPCA XIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	8,80%	1,34%	1,45%	1,81%	1,58%	1,12%	1,20%
CAIXA BRASIL IDXA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	7,21%	1,87%	1,19%	1,03%	0,25%	1,87%	0,79%
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	6,01%	0,94%	0,84%	1,05%	0,96%	1,00%	1,08%
SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI	6,00%	0,94%	0,83%	1,06%	0,96%	0,99%	1,08%
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	5,92%	0,90%	0,83%	1,04%	0,97%	0,98%	1,07%
BRADESCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	5,55%	1,07%	0,67%	0,95%	0,99%	0,87%	0,88%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5,20%	1,04%	0,71%	0,89%	0,84%	0,85%	0,76%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4,73%	0,92%	0,70%	0,88%	0,83%	0,90%	0,41%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,90%					1,23%	0,66%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,57%						-0,57%

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Semestre / 2015

Mês	Mês Anterior	Aplicações	Resgates	Mês Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	% Atting. Meta
Janeiro / 2015	20.630.801,67	757.055,12	321.640,80	21.285.738,07	219.522,08	1,04%	1,73%	60,14%
Fevereiro / 2015	21.285.738,07	352.102,64	162.239,90	21.645.189,77	169.588,96	0,79%	1,64%	48,09%
Março / 2015	21.645.189,77	364.848,78	191.465,99	22.032.197,72	213.625,16	0,98%	1,84%	53,31%
Abril / 2015	22.032.197,72	348.368,29	255.032,50	22.323.659,86	198.126,35	0,90%	1,18%	76,09%
Mai / 2015	22.323.659,86	1.362.513,89	1.203.105,17	22.708.672,74	225.604,16	1,00%	1,21%	83,14%
Junho / 2015	22.708.672,74	5.189.087,66	4.995.995,28	23.093.513,86	191.748,74	0,84%	1,28%	65,38%
Acumulado	20.630.801,67	8.373.976,38	7.129.479,64	23.093.513,86	1.218.215,45	5,68%	9,21%	61,64%





RENTABILIDADE DA CARTEIRA - APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS		Saldo em	Aplicações em	Resgates em	Saldo em	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Janeiro / 2015		Dezembro / 2014	Janeiro / 2015	Janeiro / 2015	Janeiro / 2015			
<b>Ativos</b>		<b>20.630.801,67</b>	<b>757.055,12</b>	<b>321.640,80</b>	<b>21.285.738,07</b>	<b>219.522,08</b>	<b>1,04%</b>	<b>1,73%</b>
CAIXA BRASIL IDCA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		667.781,84			680.302,20	12.520,36	1,87%	
<b>IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)</b>							<b>1,73%</b>	
CAIXA BRASIL IPCA XIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		751.833,78			761.907,85	10.074,07	1,34%	
BRADESCO IRF-M I FI RENDA FIXA		770.784,90			779.051,19	8.266,29	1,07%	
CAIXA BRASIL IRF-M I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		9.693.696,57	143.450,00	174.140,80	9.764.949,27	101.943,50	1,04%	
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI		3.520.392,86			3.553.452,46	33.059,60	0,94%	
SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI		1.133.840,02			1.144.449,85	10.609,83	0,94%	
BB IRF-M I TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		2.545.383,21	613.605,12	7.500,00	3.180.670,58	29.182,25	0,92%	
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP		1.547.088,49		140.000,00	1.420.954,67	13.866,18	0,90%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA - APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS		Saldo em	Aplicações em	Resgates em	Saldo em	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Marco / 2015		Fevereiro / 2015	Março / 2015	Março / 2015	Março / 2015			Atuarial)
Ativos		21.645.189,77	364.848,78	191.465,99	22.032.197,72	213.625,16	0,98%	1,94%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)								1,94%
CAIXA BRASIL IPCA XIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		772.927,08			786.954,96	14.027,88	1,81%	
SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI		1.153.978,66			1.166.160,66	12.182,00	1,06%	
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI		3.583.199,36			3.620.912,52	37.713,16	1,05%	
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP		1.432.751,60			1.447.584,65	14.833,05	1,04%	
CAIXA BRASIL IDXA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		688.418,93			695.536,88	7.117,95	1,03%	
BRADESCO IRR-FI 1 FI RENDA FIXA		784.308,81			791.721,17	7.412,36	0,95%	
CAIXA BRASIL IRR-FI 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		9.806.162,95	94.132,51	181.065,99	9.807.164,80	87.935,33	0,89%	
BB IRR-FI 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		3.423.442,38	270.716,27	10.400,00	3.716.162,08	32.403,43	0,95%	

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APOS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Maio / 2015	Saldo em		Aplicações em		Resgates em		Saldo em		Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
	Ativos	Abri / 2015	Maio / 2015	Maio / 2015	Maio / 2015	Maio / 2015	Retorno (%)				
CAIXA BRASIL IDCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		697.280,77					710.302,43	13.021,66	1,87%		
CAIXA BRASIL IMA-B-5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP			1.000.000,00				1.012.282,29	12.282,29	1,23%		
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)									1,21%		
CAIXA BRASIL IPCA XIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		799.352,26					808.295,97	8.943,71	1,12%		
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI		3.655.615,95					3.692.092,54	36.476,59	1,00%		
SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI		1.177.305,71					1.189.006,44	11.700,73	0,99%		
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP		1.461.559,22					1.475.889,22	14.330,00	0,98%		
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		3.986.822,79	233.267,39		16.100,00		4.241.985,40	37.995,22	0,90%		
BRADESCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA		799.545,65					806.474,35	6.928,70	0,87%		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		9.746.177,51	129.246,50		1.187.005,17		8.772.344,10	83.925,26	0,85%		

INFORMAÇÕES E COMENTÁRIOS

**Cenário Global**

O primeiro semestre de 2015 foi marcado pela instabilidade, tanto no cenário interno quanto no cenário externo.

No lado doméstico, a crise política entre o Legislativo e o Executivo dificultou a aprovação das medidas de ajuste fiscal para que o governo pudesse transformar a meta de superávit primário, da ordem de 1,2% do Produto Interno Bruto – PIB, fixada em R\$ 66,3 bilhões, em realidade. Nas duas Casas do Congresso, o apoio da base aliada não foi suficiente e as medidas propostas pelo governo tiveram, em sua maioria, seu texto alterado. A Medida Provisória 665, que endurece direitos trabalhistas como seguro-desemprego, abono salarial e seguro defeso, teve o texto sancionado pela presidente Dilma com dois vetos. A presidente manteve a mudança feita na MP pela Câmara dos Deputados que reduziu de 18 para 12 meses de trabalho o período de carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego, e de 12 para 9 na segunda requisição do auxílio.

A Medida Provisória 664, que restringe acesso à pensão por morte e auxílio-doença, teve seu texto alterado pela Câmara ao acrescentar alternativa ao fator previdenciário. No texto, aprovado pelo Senado, incluiu a fórmula 85/95 em substituição ao atual fator. A presidente sancionou o texto com veto à fórmula. Em seu lugar, o governo editou a MP 676, que mantém a fórmula 85/95, aprovada pelos parlamentares, mas a torna progressiva a partir de 2017.

A Medida Provisória 668, que eleva os tributos sobre produtos importados, incluindo cerveja, produtos farmacêuticos e cosméticos, teve seu texto aprovado pelo Senado, mesmo a contragosto da base aliada, diante da exiguidade de tempo. O problema é que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi completamente desfigurado do texto original enviado pelo Executivo, com a inclusão de mais de 20 temas, dentre eles a autorização para que o Legislativo possa fazer parcerias público-privadas. A presidente sancionou o texto com vetos, porém foi mantida a emenda que permite a realização das parcerias, que viabiliza a construção de mais prédios no complexo da Câmara para abrigar, além de gabinetes de parlamentares, uma espécie de “shopping” com lojas, restaurantes e um estacionamento subterrâneo. A manutenção da emenda fez parte de um acordo com a base aliada para garantir a aprovação do projeto de lei que revê a política de desoneração a 56 setores da economia.

A Polícia Federal manteve o protagonismo no cenário político, com a continuidade da operação Lava-Jato. Em março, a lista elaborada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com os nomes de 47 políticos supostamente envolvidos em desvios na Petrobras foi divulgada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki. No mesmo dia, foram abertos 28 inquéritos para investigar os acusados, 37 deles suspeitos de formação de quadrilha. Entre os nomes da lista estão o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL); o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ); o senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL), ex-presidente da República; e o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), ex-governador de Minas Gerais. O Partido Progressista (PP) é o maior alvo de inquéritos, 32 no total. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) chegou a ser incluído na lista, mas teve seu inquérito arquivado devido à fragilidade de provas contra ele. No dia seguinte à divulgação dos nomes, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, concedeu entrevista coletiva na qual defendeu a presidente Dilma Rousseff, afirmando que ela não foi incluída na lista por não haver provas para isso e afirmou por diversas vezes que o governo federal não interferiu de nenhuma forma na investigação, ressaltando a independência das instituições no País em relação à presidência da República.

No desenrolar das investigações, após a detenção de quase 20 empreiteiros, o juiz federal Sérgio Moro finalmente atingiu as maiores empreiteiras ao decretar a prisão preventiva de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques Azevedo, respectivamente presidentes da Odebrecht e Andrade Gutierrez, e pode ter aproximado as investigações ao alto escalão político.

No campo da economia, as dificuldades enfrentadas pela autoridade monetária em manter a inflação próximo da meta desestabilizaram os mercados. Nem os sucessivos aumentos da taxa básica de juros – SELIC – nas reuniões do COPOM, foram suficientes para acalmar os mercados. A SELIC terminou o ano de 2014 em 11,75%, e atingiu 13,75% na reunião de junho, com expectativa de novos aumentos no segundo semestre. O mercado aposta que a SELIC encerre o ano entre 14,50% e 15,00%.

O Grande vilão da inflação no semestre foi o reajuste dos preços administrados, tais como o da energia elétrica (em meio ao uso da bandeira tarifária), repassando ao consumidor os custos mais altos de geração devido à falta de chuvas, e à entrada em vigor de revisões tarifárias extraordinárias que acumulou alta de 42,03%. Em segundo lugar ficou a alimentação, com alta acumulada de 7,13%. Assim, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulou alta de 6,11% no ano, o maior valor para o período desde 2003.

Com isso, o Índice de Confiança do Consumidor – ICC – medido pela FGV atingiu o segundo menor nível da série histórica, iniciada em 2005, ao recuar 1,4% em junho e atingir 83,9 pontos, o que dificulta a recuperação da economia. A inadimplência, tanto das empresas quanto dos cidadãos, segue acelerando. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encolheu 1,1% nos três meses até maio em relação ao trimestre até fevereiro, na série com ajuste sazonal, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibrpe/FGV), por meio do Monitor do PIB. Em 12 meses até maio, a renda gerada pela economia já recua 1,2%.

No cenário externo, temos que a economia norte-americana se recupera num ritmo mais lento do que o esperado. Apesar de ter registrado contração no primeiro trimestre do ano, porém numa amplitude menor que a esperada, uma vez que enfrentou clima desfavorável, dólar forte, cortes de gastos no setor de energia e paralisações nos portos da Costa Oeste do país. O Federal Reserve – FED – manteve durante o semestre o juro inalterado, próximo de zero, ao avaliar que a economia norte-americana ainda está em expansão moderada. E tem enfatizado que a política monetária somente mudará quando forem registrados novos progressos no mercado de trabalho, e quando a inflação anual mostrar possibilidades de alcançar números próximos a 2%.

Na zona do euro, a fragilidade foi posta à prova no desenrolar da crise grega. Após diversas tentativas de acordo, a Grécia finalmente se rendeu às imposições dos credores e aceitou as rígidas condições para um novo pacote de ajuda financeira – o terceiro em cinco anos. De acordo com o documento, o programa de financiamento grego ficará entre € 82 e 86 bilhões. Em grave crise, a Grécia tem dívidas superiores a 150% de seu Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que é produzido no país. A questão não está resolvida, visto que o Parlamento grego precisa aprovar o acordo.

A instabilidade política, a incerteza quanto à execução do ajuste fiscal e o cenário externo formaram uma combinação explosiva que catapultou o dólar frente ao real. No ano, a divisa norte-americana já acumula uma valorização de 16,81%, com uma volatilidade que dificulta a análise de investidores e economistas quanto aos rumos que o mercado de câmbio tomará. O país passa por um momento imponderável, no qual não se consegue mensurar qual o teto para a moeda norte-americana. Não é só um problema econômico que afeta a divisa, há um problema de confiança institucional que tem afetado o câmbio.

Isto demonstra como foi difícil ganhar dinheiro com investimentos no período. Com a inflação tão alta,